



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



DISSERRAN PESSOA ALVES DE FIGUEIREDO

**DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EMPRESA
VALE S/A NO SETOR DE MINERAÇÃO.**

**SOUSA -PB
2015**

Disserran Pessoa Alves de Figueiredo

DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EMPRESA VALE S/A NO SETOR DE MINERAÇÃO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cristiane Queiroz Reis

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: “**DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EMPRESA VALE S/A NO SETOR DE MINERAÇÃO**”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa - PB, 26 de Novembro de 2015.

Disseran Pessoa Alves de Figueiredo

Disserran Pessoa Alves de Figueiredo

DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA EMPRESA VALE S/A NO SETOR DE MINERAÇÃO.

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em 26/11/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Membro: José Ribamar Marques de Carvalho
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Membro: Raul Ventura Júnior
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

SOUSA – PB 26/11/2015.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu avô Moisés Alves de Lira (in memoriam), por sempre ter acreditado no meu potencial e pelo carinho e cuidado dedicados a mim no tempo que estivemos juntos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me permitido concluir mais uma etapa da minha vida e me conceder a força necessária para superar todas as dificuldades e desafios que apareceram durante essa árdua jornada.

Aos meus pais Djalma Alves de Figueiredo e Maria Denires Pessoa Alves de Figueiredo pela educação e valores ensinados que me permitiram amadurecer e progredir como ser humano e pelos sacrifícios e esforços empenhados que tornaram possível concluir minha jornada de estudos.

A minha irmã Carolina por todos os momentos que passamos juntos desde crianças, pelos momentos de descontração durante os intervalos do processo de realização desse trabalho e por ser a pessoa que pretendo inspirar com essa conquista.

Aos meus amigos que fiz durante o curso no quais me proporcionaram momentos de alegria, descontração, apoio, incentivo, e preocupação que tivemos no decorrer dos últimos anos me proporcionando ótimas lembranças.

Ao professor Raul Ventura, que me ajudou neste trabalho e por força maior não pode dar continuidade.

Ao Doutor Allan Sarmiento e a professora Ana Flávia pela dedicação em suas aulas durante o curso e preocupação em encontrar um orientador para eu prosseguir neste trabalho.

A minha orientadora Professora Cristiane Queiroz, pessoa maravilhosa por quem desenvolvi um profundo respeito e admiração, a quem agradeço por ter aceitado ser minha orientadora em um momento de extrema dificuldade, pela paciência e incentivos dedicados a mim durante a realização desse trabalho.

RESUMO

Com o passar do tempo, a sociedade vem cobrando das empresas cada vez mais valores de transparência e honestidade nas informações de caráter ambiental, com os relatórios, as empresas demonstram qual é a forma que vem lidando com o meio ambiente, servindo como um diferencial, podendo enaltecer a imagem da empresa e consequentemente a preservação do planeta e o desenvolvimento da sociedade que atua. A pesquisa teve como objetivo verificar se houve evolução, no período de 2010 a 2014, na evidenciação de informações de caráter ambiental, publicadas nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade e Administração da empresa Vale S/A que atua no setor de mineração. A metodologia empregada classificou-se como um estudo de caso, descritiva, documental e quanti-qualitativa, adaptada da pesquisa de Pires e Silveira (2008). Os dados foram coletados no *site* da empresa e da CVM. Como resultado verificou-se que nas Notas Explicativas poucas informações ambientais foram encontradas, muito mais voltadas para a complementação das demonstrações financeiras. Em compensação pode-se comprovar a evolução nas informações divulgadas nos Relatórios da Administração e Sustentabilidade, pois ao longo dos anos os dados divulgados estavam cada vez mais objetivos e de fácil compreensão, demonstrando desta forma a preocupação da empresa com a preservação e proteção ambiental. Enfim podemos notar que os resultados obtidos se comportaram de certa forma de maneira constante com poucas oscilações no decorrer dos anos que foram analisados.

Palavras – Chave: Informações Ambientais; Evidenciação; Relatórios Ambientais.

ABSTRACT

Over time, the company has been charging companies increasingly values of transparency and honesty in the environmental background information, with the reports, companies demonstrate what is the way that has been dealing with the environment, serving as a differential, can enhance the company's image and therefore the preservation of the planet and the development of society it serves. The research aimed to determine if there was an increase in the period 2010 to 2014, the disclosure of environmental background information, published in Notes and sustainability reports and company directors Vale S / A which operates in the mining sector. The methodology used was classified as a case study, descriptive, documentary and quantitative and qualitative adapted Radio Research-sa Pires and Silveira (2008). Data were collected on the company website and the CVM. As a result it was found that in Notes few environmental information was found, much more focused on the completion of the financial statements. On the other hand one can prove the evolution of the information disclosed in the Management and Sustainability Reports, as over the years the data disclosed were becoming more objective and easy to understand, showing in this way the company's concern with the preservation and protection environmental. Finally we note that the results behaved in a way steadily with few swings in the years decor-rer that were analyzed.

Word-key: Environmental information ; disclosure; Environmental reports

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Análise da frequência das Categorias de Disclosure ambiental nos relatórios analisados.....	41
Tabela 2 - Análise da frequência das Categorias de Disclosure ambiental mencionados nos relatórios por ano	43
Tabela 3 – Análise da frequência das Categorias de Disclosure Ambiental classificadas por tipo	44
Tabela 4 – Análise da frequência de sentenças por tipo de Disclosure ambiental segregadas por ano	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de disclosure ambiental.....	19
Quadro 2 – Classificação por tipo de disclosure	21
Quadro 3 – Métodos de Evidenciação	24
Quadro 4 – Itens de divulgação no RA conforme Lei n.º6.404/1976	29
Quadro 5 – Divulgação no RA conforme Parecer de Orientação n.º 15/1987 CVM.34	

LISTA DE FIGURAS

Figura1- Indicadores de interesses em informações sobre sustentabilidade 36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CSN -	Companhia Siderúrgica Nacional
CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
CVRD -	Companhia Vale do Rio Doce
EIA -	Estudo de Impacto Ambiental
GRI -	Global Reporting Initiative
NE -	Notas Explicativas
NBC -	Norma Brasileira de Contabilidade
PO -	Parecer de Orientação
ONG -	Organização não Governamental
RA -	Relatório de Administração
RIMA -	Relatório de Impacto Ambiental
RS -	Relatório de Sustentabilidade
S/A -	Sociedade Anônima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
1.2 Justificativa	15
1.3 Procedimentos metodológicos	16
1.3.1 Classificação da pesquisa	16
1.3.2 Universo e amostra da pesquisa.....	17
1.3.3 Coleta e tratamento dos dados.....	18
1.3.4 Análise dos dados.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 Evidenciação	23
2.1.1 Modelos de evicenciação	24
2.2 Evidenciação ambiental.....	25
2.2.1 Modelos de evidenciação ambiental.....	27
2.2.1.1 Notas explicativas	28
2.2.1.2 Relatório de administração	31
2.2.1.3 Relatório de sustentabilidade	35
2.2.1.4 Demais formas de divulgação de informações ambientais.....	37
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS	40
3.1 Empresa Vale S/A	40
3.2 Resultados da pesquisa	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

As cobranças exigidas pela sociedade por uma evidenciação ambiental realista e clara, demonstram o interesse das pessoas em saber como os recursos naturais são empregados pelas empresas, assim qual a cooperação que a entidade pode gerar para a natureza.

De acordo com Azevedo e Cruz(2006) a exigência em receber satisfações da sociedade por parte das empresas, tem como objetivo apresentar as empresas que causam prejuízos por fazer mau usufruo dos recursos naturais, assim como as que não investem neste quesito, gerando uma má qualidade de vida no ambiente que estão localizadas. Como maneira de enfrentar as questões ambientais, a maioria das entidades buscam realizar ajustes estratégicos procurando deixar sua posição estável no mercado.

Por estes motivos a Contabilidade Ambiental vem sendo inserida para auxiliar a gestão das instituições nas suas atividades ecologicamente falando. Ao implantar uma contabilidade ambiental em um planejamento de uma entidade, a mesma poderá vir a adquirir benefícios que possibilitarão sua progressão no mercado, pois a empresa passará a ter um controle por parte do processo de gestão ambiental e conseqüentemente um maior controle de impactos ao meio ambiente, adquirindo um reconhecimento por parte da sociedade, sendo assim, podendo ter uma maior visibilidade não apenas na parte social, como também de outras empresas e do governo.

Quando trata-se da evidenciação, está relacionada à revelação de algo, a tornar claro tudo aquilo que acontece com o negócio da empresa, seja positivo ou negativo, principalmente para que as informações contidas nos relatórios sejam realistas e não sejam enganosas para quem as utilizar, evidenciar ou demonstrar os eventos ambientais está relacionado com as atividades operacionais de cada setor que afetam a continuidade das empresas, a qualidade de vida da sociedade e o ecossistema.

Todos os gastos e provisões realizadas com o meio ambiente devem ser evidenciados, assim como todas as situações relacionadas diretamente com a natureza, que

possam vir prejudicar os interesses das empresas ou representem riscos para a continuidade do negócio.

Cabe à contabilidade o papel de segregar os gastos e provisões relativas ao meio ambiente, efetuar sua classificação e quantificação, de acordo com sua ocorrência, importância e finalidade.

Neste contexto a presente pesquisa teve como propósito responder o seguinte questionamento: **Houve evolução na evidenciação de informações de caráter ambiental da empresa Vale S/A nos últimos cinco anos?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Verificar se houve evolução, no período de 2010 a 2014, na evidenciação de informações de caráter ambiental da empresa Vale S/A que atua no setor de mineração.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os tipos de informações ambientais divulgadas nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade analisados.
- Discutir os tipos de informações de caráter ambiental divulgada ao longo do período analisado.
- Demonstrar a evolução das informações de caráter ambiental divulgada ao longo do período analisado.

1.2 JUSTIFICATIVA

A contabilidade ambiental é um assunto que vem sendo abordado nos setores da sociedade e empresarial, pois a preocupação em cuidar do meio ambiente vem crescendo. Preservar o meio ambiente não pode ser mais tratado como uma simples questão deve ser levado como algo essencial. Desta maneira, pode a contabilidade, através das demonstrações contábeis, Relatórios e Notas Explicativas, ser usada como ferramenta indispensável para a gestão de uma organização, em todos os seus aspectos, econômico, ambiental e social.

Sendo assim a presente pesquisa justifica-se pelo fato de que evidenciar os eventos ambientais está interligado com as atividades operacionais de cada setor que afetam a continuidade das empresas, a qualidade de vida da sociedade e da natureza. Todos os gastos e provisões realizadas com o meio ambiente devem ser evidenciados, assim como todas as situações relacionadas diretamente com a natureza, que possam vir prejudicar os interesses da entidade ou representem danos para a progressão negocial.

A escolha pela empresa VALE S.A. foi por ser uma empresa do ramo de mineração e por este setor ser de alto impacto ambiental, pois a mineração consome volumes consideráveis de água, também sendo uma atividade altamente poluidora.

A escolha pelos Relatório de Sustentabilidade e as Notas explicativas como documentos a serem analisados se deu pelo fatos de serem documentos que geralmente são utilizados pela contabilidade para divulgação de informações de natureza ambiental.

Nesta área, pode-se citar os estudos realizados por Nossa (2002), que trata do disclosure ambiental nos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose, o estudo de Pires e Silveira (2008) que trata da evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel, além dos estudos de Fernandes (2010) que avalia a influência do disclosure ambiental no custo de capital de terceiros das empresas brasileiras listadas na Bovespa e de Gubiani e

e Bauren (2012) que abordam do disclosure ambiental das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Sendo assim a pesquisa é relevante pelo fato dos riscos serem negligenciados e poucos compromissos são firmados socialmente e ambientalmente em relação a outras atividades que causam poluição, pois sua lucratividade imediata atropela qualquer interesse a preservação do meio ambiente, além de servir de base para outras pesquisas e como fonte de informação para toda a sociedade.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa, quanto aos objetivos será classificada como um estudo de caso e descritiva. segundo Robert Y.Kin (2001) estudo de caso é empregado em muitas circunstâncias para auxiliar na ciência dos acontecimentos particulares, organizacionais, políticos e pautada em qualquer área, o estudo de caso nasce da vontade de compreender as questões sociais mais difíceis. Sendo assim o estudo de caso da pesquisa concentrou-se em estudar a empresa VALE S/A.

A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características do objeto que está sendo estudado e proporcionar uma nova visão sobre essa realidade já existente. Conforme argumenta Appolinário (2011, p. 147), na pesquisa descritiva o pesquisador se limita a “descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”.

No que se diz respeito aos métodos empregados, o estudo classifica-se como documental. Segundo Ferreira (2009, p.3), “os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação”.

A pesquisa documental procedeu através das notas explicativas e relatórios de sustentabilidade e Administração da empresa Vale S/A encontradas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da própria empresa nos anos de 2010 a 2014.

Já a pesquisa Quali-quantitativa, de acordo com Sampieri (2006) para realização de um estudo de carácter qualitativo é empregado uma metodologia de coleta de informações sem medição numérica com a finalidade de desvendar ou aprimorar as questões de análise, assim como pode ou não comprovar teses no procedimento de interpretação. Onde estes dados qualitativos foram transformados em quantitativos, que segundo, Appolinário (2011, p.150), a pesquisa quantitativa é a modalidade em que “variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente. Os resultados também são analisados com o uso preponderante de métodos quantitativos, por exemplo, estatístico”.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi adaptada de Pires e Silveira (2008) ¹.

Logo a pesquisa foi classificada como Estudo de caso, descritiva, documental e quanti-qualitativa.

1.3.2 Universo e Amostra da pesquisa

O universo da pesquisa é composto por 7 empresas que atuam no setor de mineração e que fazem parte das empresas listadas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída pelas companhias de capital aberto nas quais são formadas pelas seguintes empresas FREEPORT S.A, FERBASA S.A, MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A, CCX, PARANAPANEMA, ALL ORE E A VALE S.A, sendo a amostra constituída apenas pela companhia VALE S.A, por se tratar de uma das maiores mineradoras do mundo. Desta maneira são analisadas as Notas explicati-

¹ PIRES. Charline Borba; SILVEIRA, Fabiana Costa da Silva. A evolução da evidência das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. ConTexto, Porto Alegre, v. 8, n. 13, 1º semestre 2008.

vas e os relatórios de sustentabilidade e administração correspondentes aos anos de 2010 a 2014, divulgados no site da CVM.

1.3.3 Coleta e tratamento dos dados

Os dados foram coletados das Notas Explicativas e dos Relatórios de Sustentabilidade e Administração, publicadas pela empresa VALE S.A no período de 2010 a 2014 disponibilizadas no *site* da empresa e da CVM.

Para o tratamento dos dados coletados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, logo após, os dados qualitativos coletados foram analisados de forma quantitativa através da utilização da estatística descritiva e apresentados em forma de quadros e tabelas.

Segundo Bardin (2011) a técnica análise de conteúdo vem sendo muito empregada nos estudos qualitativos em vários campos científicos. Porém, muitos autores se apropriam da técnica de forma equivocada, não seguindo as instruções e a metodologia necessária para uma formação da análise de forma acertada. Sendo assim, este trabalho busca descrever de forma metódica, o modelo da utilização dessa análise, demonstrando a técnica da análise de conteúdo em um estudo quanti-qualitativo.

1.3.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, que segundo Jones e Shoemaker (1994) afirmam que a metodologia trata-se de uma forma de investigação que elabora deduções a partir da informação, por meio da identificação sistemática de uma avaliação das características contidas.

O emprego desta técnica necessita de uma estratégia prévia em busca de um planejamento, que, de acordo com Bardin (2011, p. 95):

O desenvolvimento da análise passa por: pré-análise, que tem como missões a escolha dos documentos a analisar; a formulação das hipóteses e dos objetivos; a elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final; exploração do material, que envolve operações de codificação e enumeração em função das regras previamente formuladas; e tratamento dos resultados, de modo a serem significativos e válidos; inferência e interpretação.

Dessa maneira, baseando-se em Martins e Lintz (2000, p. 54), primeiramente realizou-se uma leitura prévia de todas as Notas Explicativas e Relatórios de Sustentabilidade e Administração da companhia VALE S/A, com a finalidade de identificar as possíveis categorias de disclosure e a unidade de análise adequada para atender aos objetivos do estudo. De acordo com Hsieh e Shannon (2005), as categorias são assuntos que são frequentemente abordados no texto ou resultados deles a partir da análise. Em seguida, tomando-se por base os termos mencionados na literatura relacionada à Contabilidade Ambiental e a categorização adotada pelo estudo de Borba e Nazário (2003), e Pires e Silveira (2008) as categorias de disclosure definidas para esta pesquisa são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de disclosure ambiental.

Ativos Ambientais	Nesta categoria foi considerado o conceito de Santos, Silva e Souza (2001 p.3) “São considerados ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo”.
Passivos, Provisões e contingências ambientais.	Nesta categoria, foram classificadas as sentenças que traziam informações que provisões e se encaixavam na definição de passivos e contingências ambientais definidas pelo Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 1998, p. 5), que define passivo ambiental como “[...] as obrigações ambientais relacionadas aos custos ambientais que são incorridos por uma empresa e que satisfaçam os critérios de reconhecimento de passivo [...]” e contingências ambientais como “[...] as potenciais obrigações ambientais surgidas de eventos passados que existem

	na data do balanço patrimonial, cujo resultado será confirmado somente na ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que estão fora do controle da empresa.”
Custos ambientais	Nesta categoria foram incluídas as sentenças que continham informações relacionadas aos custos ambientais incorridos na empresa.
Riscos ambientais	Nesta categoria, foram classificadas as sentenças que reconheciam que as características das atividades realizadas pela empresa, por impactarem diretamente ao meio ambiente.
Disclosure ambiental	Esta categoria de sentenças diz respeito a informações sobre a existência de relatórios ambientais disponibilizados aos usuários.
Recursos naturais	Nesta categoria, foram incluídas as sentenças que tratavam dos níveis de consumo de recursos naturais (água, energia, etc.)
Certificações e Premiações ambientais	Esta categoria de sentenças está relacionada às informações sobre as premiações e certificações de caráter ambiental, concedidas por ONG's, revistas, órgãos públicos, etc., recebidas pela empresa.
Gestão Ambiental	Nesta categoria, foram classificadas as informações sobre os sistemas de ambiental gerenciamento ambiental das organizações, principalmente relacionados às diretrizes que norteiam a gestão ambiental, à preocupação, desenvolvimento e aprimoramento das práticas de gestão adotadas, bem como à existência, aos padrões e ao alcance, ou não, de indicadores ambientais.
Investimento em meio ambiente	Nesta categoria, foram classificadas as sentenças que indicavam os investimentos em meio ambiente realizados pela empresa.
Preservação e proteção ambiental	Nesta categoria, foram classificadas as sentenças que tratavam da existência de áreas de preservação permanente, parques de preservação e outros projetos voltados à proteção ambiental, mantidos pela organização.
Educação e responsabilidade ambiental	Nesta categoria, foram incluídas as sentenças que mencionavam a existência de projetos desenvolvidos tanto na comunidade interna quanto na externa, de apoio oferecido a projetos comunitários e parcerias firmadas com outras instituições.

Emissão de poluentes e de impacto ambiental	Nesta categoria, foram aglutinadas sentenças que faziam menção aos impactos gerados no meio ambiente, tais como: níveis de emissão de poluentes, enquadramento ou não da organização dentro dos padrões de emissão aceitáveis.
---	--

Fonte: adaptado de Pires e Silveira (2008)

Seguindo a metodologia adotada para esta pesquisa, após a escolha das categorias a serem utilizadas, partiu-se para a definição da unidade de análise para codificação e quantificação do disclosure, que neste caso foi a sentença. Com a categorização das sentenças em uma das 13 categorias de disclosure ambiental definidas, buscou-se uma maneira nas quais as evidenciações ambientais seriam apresentadas, tomando como base o quadro 2 construída, por Nossa (2002), apresentado logo a seguir.

Quadro 2 – Classificação por tipo de disclosure.

Categoria	Descrição
0	Quando nenhuma informação foi apresentada para aquela categoria
1- Declarativa	Quando somente a informação qualitativa é apresentada e expressa em termos puramente descritivos.
2- Quantitativa não monetária	Quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza não-financeira.
3- Quantitativa monetária	Quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira.
4- Quantitativa monetária e não monetária	Quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira e não-financeira.

Fonte: Nossa (2002, p. 179)

No quadro 2 buscou se apresentar (a) o grau de detalhamento das informações, nas quais os dados quantitativos apresentariam informações mais detalhadas; e (b) o nível de participação da Contabilidade no processo de geração e divulgação das informações ambientais localizadas, sendo assim que nesta pesquisa, que a contribuição da Contabilidade ficaria abrangente a partir do momento em que as informações divulgadas fossem de caráter quantitativo.

O ano em que foram publicados e o método de divulgação utilizado nos documentos analisados também foram apresentados, que no caso foram as Notas Explicativas(1) e o Relatório de Sustentabilidade(2) e o Relatório da Administração(3).

Assim, na análise de resultados, será apresentado a frequência das categorias nos relatórios analisados; a frequência total dos métodos utilizados; a frequência total das categorias e o tipo de disclosure; a identificação da evolução da divulgação de cada uma das categorias, de informações de caráter ambiental de um modo geral, bem como a evolução por tipo de disclosure na empresa, ao longo do período analisado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EVIDENCIAÇÃO

A evidenciação está diretamente ligada à revelação de alguma coisa, em busca de uma clareza do que ocorre com os interesses da empresa, seja positivo ou não, especialmente para que as informações contidas nos relatórios sejam autênticas e não engane quem for fazer proveito.

A respeito de evidenciação, Schaltegger e Burrit (2000, p.190) afirmam que “Evidenciação é o processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receitas) no balanço, na demonstração de resultado, nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras”.

Já Souza (1995, p. 1) conceitua evidenciação como a “[...] divulgação deliberada de informação da empresa para o mercado, seja quantitativa ou qualitativa, requerida ou voluntária, via canais formais ou informais”.

Para Goulard (2003 p.61) disclosure ou evidenciação “pode ser definido como a divulgação por parte das empresas, de todas as informações, positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação”. Deste modo, as informações que podem causar danos a empresa também devem ser evidenciadas, ao lado da programação detalhada de como irá se reverter esta situação. Neste contexto se encaixam bem as questões ambientais, pois geralmente o que é evidenciado se refere a o que foi gasto e não o que ocasionou a sua realização.

Enfim a evidenciação deve conter informações de maneira organizada e detalhada, deixando o menor número de informações de fora, para uma tomada de decisão acertada por parte do usuário, mas sem adicionar informações de pouca utilidade para não tornar as informações qualitativas desnecessárias e sobrecarregar as notas explicativas (IUDICIBUS, 2000).

Vale afirmar, independentemente de seu modelo, a evidenciação deve ser coerente, justa e conclusa, de modo que a informação não relevante seja excluída, transfor-

mando em uma divulgação significativa e de fácil entendimento, analisando os conceitos de materialidade e de relevância (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007)

2.1.1 FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO

Segundo Hendriksen e Van Breda (2007), existem formas para se realizar a evidenciação da situação da empresa, que são as apresentadas abaixo:

Quadro 3 – Formas de Evidenciação Contábil.

Forma e apresentação das demonstrações contábeis	É o maior método de evidenciação por abranger o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).
Informações entre parênteses	Refere-se a dados complementares das demonstrações contábeis.
Notas Explicativas	Devem ser usadas para detalhar os métodos contábeis utilizado pela entidade, juntamente para demonstrar os procedimentos equivocados que possivelmente foram adotados, alterando assim as demonstrações contábeis. Tendo como sua principal função a evidenciação da informação chave que dificilmente podem ser encontradas no corpo das demonstrações contábeis.
Quadros e demonstrativos suplementares	Devem ser empregados para descrever e adicionar informações registradas nas demonstrações contábeis, que normalmente, são inclusas nas Notas Explicativas ou em seção posterior.
Parecer de auditoria	É utilizado como uma informação complementar de evidenciação, expondo para o mercado a situação que se encontra as demonstrações financeiras, sendo que os auditores não fazem parte da empresa, consequentemente não distorcendo as informações, já que são pessoas externas à empresa.

Relatório da diretoria	Possuem dados de origem não financeira que possam prejudicar as atividades da empresa, perspectivas futuras, que refere-se a projetos para expansão da empresa e valor de gastos realizados ou que serão realizados futuramente em pesquisa e desenvolvimento.
------------------------	--

Fonte: Adaptado de Iudicibus (2004) e Hendriksen e Van Breda (2007)

Avaliando as várias formas existentes para conseguirmos a evidenciação da condição da entidade, deparamos-nos com uma cadeia de dificuldades, iniciando pela diversidade de usuários que possuem necessidades particulares. As Demonstrações Contábeis que são apresentadas possuem formatos e composições que não conseguem agradar todos os usuários, chegando até mesmo na própria titulação das contas usadas para o registro das transações.

Quando a qualidade da informação prestada ao usuário externo nos incomodar, observarmos que alguns títulos de contas não conseguem demonstrar as informações que os formam com êxito, outra grande dificuldade para os contabilistas segundo Machado e Nunes (2000 p. 5) está em dimensionar, de modo adequado, a quantidade e a qualidade das informações a serem divulgadas para uma diversidade de usuários, com características e necessidades diferenciadas, visando à atender estas necessidades, em determinado momento. Dificuldade estas ainda encontradas nos dias atuais, mesmo com a diversidade de formas de evidenciação da informação contábil.

Dessa maneira podemos concluir que apesar das dificuldades encontradas devido a diversidade de exigências e necessidades particulares, é de suma importância essas formas de evidenciação para demonstrar a real situação da empresa para uma tomada de decisão adequada.

2.2 EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Na Contabilidade, evidenciar nada mais é que divulgar a informação contábil, ou seja, torna-la evidente para aos seus diversos usuários. Logo quando nos referimos a

evidenciação ambiental, estamos falando em apresentar a informação contábil ligada as questões ambientais as quais a empresa esteja envolvida, divulgar para os interessados e ao público em geral a relação que a empresa tem com o meio ambiente, suas ações e os seus resultados.

A evidenciação ambiental deve se dar tempestivamente ao fato ocorrido. Para Ribeiro (2005, p.108), “o registro contábil deverá ser feito no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares”. Isso se torna obvio no momento que a empresa recebe uma advertência e é obrigada a pagar uma multa por danos ambientais e evidencia no exato momento do fato há ponto de criar fundos para esta obrigação e demonstrando a possibilidade do risco ao cliente.

Sendo assim, no momento em que a empresa passa a dar valor a sua relação com o meio ambiente, sendo cauteloso em suas atitudes, sua imagem engrandece perante a sociedade de forma positiva, podendo ser um grande atrativo para fidelização de clientes e a captura de novos clientes.

Segundo Silva & Carvalho (2011 p.2):

a divulgação está diretamente dirigida ao usuário da contabilidade. Primeiramente devem-se identificar os usuários das informações e as suas respectivas necessidades, se financeira, econômica ou social. Existem vários grupos interessados nas informações contábeis. A identificação do grupo usuário pode ser feito por meio de abordagem que especifiquem as suas particularidades.

Hendriksen e Van Breda (2007, p. 511-530):

definem que para que se consiga a divulgação apropriada é necessário definir primeiro qual é o grupo de usuários da informação. Em segundo lugar, qual o nível de divulgação, esse nível é definido com base no bem estar social decorrente da divulgação e em critérios de relevância e precisão. Em terceiro lugar é necessário que se defina a forma de divulgação, que pode ir além da publicação usual de Balanços e Demonstrações de Resultados. Por fim, é necessário que se defina o melhor método de divulgação, que depende da natureza da informação e de sua importância relativa.

Desta forma a contabilidade ainda enfrenta um grande problema com relação a divulgação de informações de caráter ambiental, pois muitas vezes depara-se com a questão de quantificar estas informações. Neste sentido, a evidenciação de informa-

ções ambientais por meio de relatórios contábeis é essencial para relatar o estado financeiro de uma empresa, assim como divulgar um boa posição perante o mercado de capitais, clientes, entre outros (TINOCO E KRAMER, 2004).

2.2.1 MODELOS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

A contabilidade tem a função de registrar as ações praticadas pelas empresas, as quais serão divulgadas de maneira sintética, através de demonstrativos normalmente publicados em meios de comunicação. Para que isso ocorra de maneira adequada, podem-se utilizar as diversas formas de evidenciação conhecidas, como: notas explicativas, a forma de apresentação das demonstrações contábeis, informações entre parênteses, quadros demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório de administração ou da diretoria, informações periódicas ao mercado e relatórios gerenciais, podendo fazer o uso de recursos gráficos e visuais, todos com a finalidade de evidenciar tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos relacionados às atividades realizadas pela empresa.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), a escolha do método mais adequado a ser utilizado depende do tipo e da importância relativa da informação que se pretende evidenciar.

No Brasil, uma das formas de evidenciação mais empregada para divulgação de informações ambientais de forma obrigatória para as empresas são as notas explicativas, pelo motivo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ser a principal entidade de fiscalização existente no Brasil, se tratando das empresas de capital aberto, obrigando a divulgação dos demonstrativos financeiros acompanhados de notas explicativas.

Iudícibus (2000) entende que as notas explicativas são informações complementares às demonstrações financeiras, representando parte integrante delas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobando outras demonstrações contábeis que forem necessárias, melhor e mais completo esclarecimento das demonstrações.

A CVM ainda sugere temas para serem evidenciados, aconselhando uma chance de demonstrar nas notas explicativas os eventos ambientais com os temas de reservas, obrigações em longo prazo, serviços a realizar e etc.

Já o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou, em 2004, a Resolução CFC nº 1.003, onde ficou aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC-T 15, que trata sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental que passou a ter validade no início do ano de 2006.

Esta resolução tem como ideia central constituir uma metodologia para evidenciação de informações de origem ambiental e social, com o alvo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das organizações. A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deverá revelar o seguinte: a) a origem e distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) ligação da entidade com o ambiente externo; d) interatividade com o meio ambiente. (NBC-T 15)

Sendo um grande feito do CFC, conscientizar os dirigentes das entidades e a sociedade de forma geral, na questão da preservação do meio ambiente aos usuários externos da Contabilidade.

Portanto as técnicas mais utilizadas pelas empresas para divulgação das suas informações de natureza social e ambiental abordadas nesta pesquisa são: Notas Explicativas, Relatório de Administração e Relatório de Sustentabilidade.

2.2.1.1 Notas Explicativas

Provavelmente é a maneira mais aceita de evidenciação, de início deveria ser utilizada para evidenciar informações quantitativas e qualitativas, cuja sua inserção acarretaria grandes malefícios para o entendimento no corpo das demonstrações contábeis.

Com o tempo as notas explicativas passaram a apresentar os métodos contábeis utilizados pelas empresas, tais como, certas contas que apresentam detalhes e in-

formações complementares, limitações sobre a utilização de ativos, garantias, obrigações potenciais etc. Porém, as notas explicativas também são empregadas para demonstrar os erros nos procedimentos tomados pela empresa, que na maioria das vezes estes procedimentos equivocados alteram significativamente as suas demonstrações contábeis.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.525) identificam as principais vantagens e desvantagens referentes ao uso das notas explicativas e a classificação dos tipos mais comuns desses demonstrativos. Essa identificação é apresentada no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Vantagens e Desvantagens do uso das NE.

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> -Apresentar informação não quantitativa como parte do relatório financeiro, -Divulgar ressalvas e restrições a itens contidos nas demonstrações, -Apresentar mais detalhes do que é possível nas demonstrações, -Apresentar material quantitativo ou descritivo de importância secundária. 	<ul style="list-style-type: none"> -Tendem a ser de difícil leitura e entendimento sem estudo considerável e, portanto, podem vir a ser ignoradas, -As descrições textuais são mais difíceis em termos de utilização para a tomada de decisões do que resumos de dados quantitativos nas demonstrações, -Por causa da crescente complexidade das empresas, há o risco de abuso das notas explicativas, em lugar desenvolvimento apropriado de princípios visando à incorporação de novas relações e novos eventos nas demonstrações propriamente dita.

Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999, p.525)

As notas explicativas se constituem na mais conhecida e comentada forma de evidenciação. Elas buscam evidenciar algo que, se colocado no corpo do demonstrativo, não trariam vantagem ou poderiam dificultar sua compreensão (IUDÍCIBUS, 2004)

As notas explicativas são de apresentação obrigatória e há uma enorme preocupação em relação a elas. A Lei 6404/76, em seu artigo 176, nos parágrafos 4 e 5 trata das notas explicativas e o que elas devem conter:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e

exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;

f) o número, espécies e classes das ações do capital social;

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;

h) os ajustes de exercícios anteriores (artigo 186, § 1º);

As Notas Explicativas de modo algum devem substituir as demonstrações contábeis, assim como afirma Hendriksen (2011, p.525): “Notas explicativas não devem de ser usadas como substituto desclassificação, avaliação e descrição apropriadas nas demonstrações, tampouco devem contradizer ou repetir informações já contidas nas demonstrações e apresentação do conteúdo nas demonstrações contábeis”.

Sendo assim, o objetivo das notas explicativas é o de assegurar os usuários, a análise do estado econômico e financeiro da organização, num sentido pragmático, assim como fazer deduções sobre suas modificações futuras. Nas duas avaliações as demonstrações não serão completamente satisfatórias apesar de que seus elementos serem totalmente necessários.

Podemos assim afirmar que as notas explicativas buscam completar as demonstrações contábeis com informações que sejam de grande validade e relevância. Logo, as NE é uma das ferramentas de divulgação das empresas mais utilizadas, por nela conter tanto dados qualitativos quanto quantitativos.

2.2.1.2 Relatório de Administração

O Relatório da Administração é um crucial acessório às demonstrações contábeis divulgadas pela empresa, pelo motivo de apresentar informações extras aos usuários externos, que assessora na previsão de possíveis evoluções e dos resultados futuros da empresa, fundamentados na avaliação que estes poderão fazer sobre a maneira que as decisões estão sendo tomadas pelos administradores.

O Relatório da Administração não integra as demonstrações contábeis, entretanto é exigido por lei, sendo parte integrante dos Documentos da Administração e a obrigatoriedade da divulgação se dá conforme Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 10.303/ 2001 no art. 133.

Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembléia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, da referida lei que se acham à disposição dos acionistas:

I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

II - a cópia das demonstrações financeiras;

III - o parecer dos auditores independentes, se houver;

IV - o parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e

V - demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

§ 1º Os anúncios indicarão o local ou locais onde os acionistas poderão obter cópias desses documentos.

§ 2º A companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que o pedirem por escrito, nas condições previstas no § 3º do artigo 124.

§ 3º Os documentos referidos neste artigo, à exceção dos constantes dos incisos IV e V, serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembléia-geral.

§ 4º A assembléia-geral que reunir a totalidade dos acionistas poderá considerar sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo; mas é obrigatória a publicação dos documentos antes da realização da assembléia.

§ 5º A publicação dos anúncios é dispensada quando os documentos a que se refere este artigo são publicados até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da Assembléia geral ordinária.

Nesse contexto, Segundo Iudícibus et. al. (2010, p. 720), existe um consenso preliminar quanto a forma de apresentação do RA. Essa forma não significa uma padronização, para não prejudicar a flexibilidade que esse relatório deve apresentar, mas inclui os requisitos básicos a serem observados em sua elaboração. Por exemplo, existe um acordo quanto aos tópicos principais a serem enfocados, ou seja, devem incluir uma discussão e análise pelos Administradores, contemplando:

- 1.as atividades globais do grupo(análise corporativa);
2. informações mais detalhadas das atividades de ramos ou segmentos individuais (análise setorial);
3. análise dos resultados e da posição financeira do grupo (análise financeira).

Segundo Igarashi; Silva; Oliveira (2009, p. 25) “nenhuma outra peça contábil proporciona a possibilidade de narrar os fatos de maneira tão peculiar às necessidades de cada empresa quanto este relatório”. Sendo assim, o RA “por ser menos técnico e mais descritivo que os outros documentos, têm forte poder de comunicação, podendo prestar conta dos atos praticados e apresentar expectativas sobre desempenhos futuros” (SILVA; RODRIGUES e ABREU, 2004, p.3).

Com essa declaração podemos concluir que por o Relatório de Administração ser inferior tecnicamente e mais descritivo que o restante das demonstrações contábeis, auxiliando um número maior de usuários que entendam os dados apresentados pela empresa, concluindo que o RA tem uma grande capacidade de difusão e permite que em maior escala, os usuários consiga compreender as informações geradas pela companhia.

Na visão de Reina, Ensslin e Borba (2009, p. 3) “o RA oferece informações adicionais e complementares as demonstrações financeiras de uma entidade, de tal forma a permitir a realização de projeções das tendências futuras da mesma”.

Nesta perspectiva, segundo Iudícibus et. al; 2010, p. 719:

o RA representa um necessário e importante complemento as demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam

uteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões.

Corroborando com afirmação IGARASHI; SILVA; OLIVEIRA (2009, p. 25) quando menciona que “RA deveria fornecer aos usuários dados que lhes permitissem analisar o contexto em que a organização está inserida”.

Sendo assim o Relatório de Administração, por possuir uma linguagem de maior compreensão e uma flexibilidade no seu conteúdo, é também uma das formas de evidência contábil utilizada para divulgar as informações de caráter ambiental por parte das empresas.

O Parecer de Orientação (PO) da CVM nº. 15 de (1987) afirma que a divulgação de informações úteis, fidedignas e detalhadas, que possibilitem o conhecimento da companhia e de seus objetivos e políticas, é um direito essencial do acionista. O relatório da administração não pode ser excluído dessa premissa, assim, tanto a falta de informações quanto a inclusão de estudos e fatos genéricos que não dizem respeito à situação particular da companhia constituem desatendimento ao interesse e ao direito do investidor. O relatório, como peça integrante das demonstrações financeiras, deverá, pois, complementar as peças contábeis e notas explicativas, observada a devida coerência com a situação nelas espelhada, formando um quadro completo das posturas e do desempenho da administração na gestão e alocação dos recursos que se encontram a ela confiados.

Para a construção do RA, é fundamental que a Administração organize-o pensando mais a diante, para que os usuários possam avaliar o momento atual e o passado através das demonstrações contábeis, que para os usuários tome suas decisões bastante fundadas, os relatórios de administração não deve conter apenas considerações passadas, também probabilidades futuras. Gallon, Beuren e Hein (2006, p.6) afirmam que o RA “como instrumento de prestação de contas, os administradores devem utilizá-lo para relatar suas estratégias e os resultados obtidos e fornecer as projeções previstas para o futuro”.

Quanto ao conteúdo de divulgação que deve constar no RA a Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 10.303/2001, exige que ele deva conter: aquisição de debêntures de sua própria emissão, conforme art. 55º, § 2º; política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas, conforme art.

118º, § 5º; negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício, conforme art. 33º, inciso I; relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício, conforme art. 243º; e a participação recíproca entre a companhia e suas coligadas ou controladas, conforme art. 244º, § 5º.

Já a Lei n.º 6.385/1976 dá competência à CVM para estabelecer normas sobre o RA, baseado nisso a CVM estabeleceu Pareceres de Orientação n.º15/1987, n.º 17/1989, n.º 18/1990, n.º24/1992, Instrução n.º 319/99, n.º381/03, e Deliberação n.º 488/2005. O quadro 5 refere-se ao PO n.º 15, de 28 de dezembro de 1987, onde além de estabelecer que as companhias devem apresentar as informações contidas na Lei n.º 6.404/1976, os RA das companhias deverão apresentar os itens relacionados a seguir.

Quadro 5 – Itens divulgados no RA conforme Parecer de Orientação n.º 15/1987 CVM.

PARECER DE ORIENTAÇÃO N.º 15/1987 CVM – Relatório da Administração
a) Descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda de poder aquisitivo da data do encerramento do exercício social. Algumas empresas apresentam descrição e análise por segmento ou linha de produto, quando relevantes para a sua compreensão e avaliação.
b) Comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia.
c) Recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e "turnover" nos dois últimos anos, segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais.
d) Investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados.
e) Pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos.
f) Novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relativas.
g) Proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado.
h) Reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização.
i) Investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões.

j) Direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial das porções, negociação e cotação das ações em Bolsa de Valores.

k) Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente colocados, sendo que esta informação não se confunde com projeções por não ser quantificada.

Fonte: Parecer de Orientação da CVM (1987).

De acordo com o Parecer de Orientação o Relatório de Administração deve ser composto por palavras de fácil compreensão afim que a maioria dos usuários o entenda, dessa maneira o relatório se torna um grande aliado na comunicação entre a companhia, seus investidores e a sociedade que se faz parte, auxiliando para uma tomada de decisão mais adequada.

2.2.1.3 Relatório de Sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade tem como finalidade instaurar nas empresas uma maneira de colaborar com a gestão ambiental aliando aos controles já existentes na organização, seja ele externo como interno.

Conforme a GRI 2012, p. 10:

Há um motivo primordial para uma organização publicar um relatório de sustentabilidade: a organização publica um relatório de sustentabilidade porque acredita que o relatório beneficiará a organização de alguma forma. No entanto, raramente há um único motivo para uma organização decidir começar o relato de seu desempenho não-financeiro e implementar um processo de relato de sustentabilidade. Os fatores de motivação podem ser internos ou externos, tangíveis ou intangíveis, financeiros ou morais. As razões para relatar podem mudar ao longo dos anos.

De uma forma equilibrada os relatórios de sustentabilidade buscam expor os impactos não só ambientais, assim como impactos sociais e econômicos, demonstrando

seus aspectos negativos e positivos, podendo ser feito por qualquer empresa, de preferência anualmente, sendo este de livre acesso total ao público.

Para organizações que já preparam relatórios de sustentabilidade, a comunicação com os stakeholders e com a sociedade em geral é citada frequentemente com o motivo número um para começar a relatar. Espera-se que o processo de relato de sustentabilidade melhore a credibilidade da organização e sua reputação perante investidores, clientes e membros da comunidade. Muitas organizações percebem que, embora as agências reguladoras concedam às empresas licenças de operação, elas precisam ainda obter ou manter uma espécie de licença social de operação da sociedade. Por conseguinte, a capacidade de uma organização para falar de aspectos econômicos, ambientais e sociais de suas operações de um modo confiável e coerentes tem um valor muito alto hoje em dia. (GRI 2012, p 10).

Logo, as entidades fazem seus relatórios de sustentabilidade pra interagir com os interessados, com o intuito de ter uma boa reputação com quem os cercam, pois é de grande importância estes quesitos para uma confiabilidade e investimentos futuros.

Na Figura 1 abaixo vemos os usuários mais interessados sobre as informações sobre sustentabilidade e quais são os seus interesses.

Figura 1 – Usuários e Indicadores de interesses em informações sobre sustentabilidade

Stakeholder	Indicação de Interesse em Informações sobre Sustentabilidade
Investidores	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Carbon Disclosure Project</i> —> 200 investidores exigiram divulgação de emissões de gás de efeito estufa⁴ • Deliberações dos acionistas para um relatório mais abrangente³ • Índice Dow Jones de Sustentabilidade e outros solicitaram informações sobre sustentabilidade⁶ • Princípios do Equador – os principais agentes financeiros exigiram a discussão dos impactos socioambientais de grandes projetos em países em desenvolvimento⁷
Agências Reguladoras	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas nações exigiram dados socioambientais em relatórios anuais (leia mais sobre este tópico ainda nessa parte da publicação)
Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos dois principais públicos de relatórios de sustentabilidade⁸
ONGs	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Publique O Que Você Paga</i> —> 200 ONGs no mundo todo pediram transparência nos pagamentos de impostos e royalties⁹ • De 56 ONGs socioambientais globais, 79% consideraram os Relatórios de Sustentabilidade Empresarial “muito” ou “razoavelmente” úteis¹⁰
Público em Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Em uma pesquisa com 21.000 pessoas, 50% afirmaram que ter lido ou ouvido falar a respeito de um relatório de sustentabilidade melhorou sua impressão sobre a empresa, levou-as a comprar produtos da empresa ou falar bem da empresa para os outros¹¹
Mídia	<ul style="list-style-type: none"> • Muitos <i>rankings</i> empresariais possuem critérios socioambientais

Os problemas econômicos, ambientais e sociais estão ganhando cada vez mais espaço na sociedade, com isto as empresas estão se tornando mais conscientes em relação ao meio ambiente, devido a escassez de recursos e também pelo fato de quererem enaltecer a imagem entidade, sendo um ponto diferencial no mercado.

Logo, essas organizações preparam um relatório de sustentabilidade para: pensar no futuro, para trabalhar de maneira mais sustentável, promover a prática de uma estratégia de sustentabilidade, ter consciência e uma maior responsabilidade com as questões ambientais, ver oportunidades para diminuir os custos e cria novos modelos de negócio, baseado nas tendências futuras. (GRI 2012, p.12)

Enfim o relatório de sustentabilidade é um exemplo de administrar as ações empresariais, de maneira que as empresas possam avaliar e dar satisfação sobre suas responsabilidades e impactos gerados. Podendo ser uma arma poderosa para o progresso econômico e social da organização, servindo como modelo de avaliação de desempenho da sustentabilidade.

2.2.1.4 Demais formas de divulgação de Informações Ambientais

Vários acontecimentos econômicos e sociais têm exigido que a contabilidade se encaixe com as novas exigências que a sociedade impõe na área ambiental, sendo um tema muito abrangente e conseqüentemente surgiu à necessidade de mais formas de divulgações ambientais para um maior êxito na transparência destas informações.

Outras formas de divulgar informações ambientais além das apresentadas anteriormente, pode-se citar o Balanço Social que segundo definição de Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), “é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuário”.

A empresa apresenta o que faz pelos seus funcionários e pela comunidade através do Balanço Social, buscando melhorar a qualidade de quem os cerca devido a clareza de suas atividades. Ou seja, seu papel fundamental é vir à tona a responsabili-

dade social empresarial, estabelecendo uma afinidade entre a entidade e o meio ambiente. No Brasil, o Balanço Social ganhou notoriedade apenas no final da década de 90, através do projeto pela divulgação voluntária do Balanço Social realizada pelo sociólogo Hebert de Souza, conhecido por Betinho.

Ao fazer referência aos objetivos do Balanço Social e à especificação de informações de caráter social, ambiental e econômicas, que atendam aos usuários, Krostz (2000, p. 79) menciona:

- a) revelar, em conjunto com as demais demonstrações financeiras, a estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, através de indicadores econômicos e sociais, as contribuições da empresa à qualidade de vida da comunidade;
- c) abranger todo o conjunto de interações sociais que compreende clientes, fornecedores, governo, acionistas, investidores, etc.;
- d) divulgar os investimentos realizados no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) compor um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos usuários diversos;
- f) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade onde mantém relação de negócios;
- g) servir de instrumento para negociações laborais entre empresas, sindicatos, representantes dos empregados;
- h) clarificar os objetivos e as políticas administrativas que possibilitem avaliar a entidade, em função não apenas do resultado econômico, mas também dos resultados sociais;
- i) ampliar o grau de confiança da sociedade em relação à entidade;
- j) verificar a participação dos trabalhadores no processo de gestão.

Enfim, o Balanço Social deve ser encarado não apenas como um meio de divulgação de informações relacionadas com o desempenho social, mas sim como um complemento do sistema de informações da Contabilidade, informando também o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade.

Temos também como forma de divulgação de informações ambientais o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) juntamente Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) como é um dos aparelhos da Política Nacional Ambiental utilizado para descobrir, precaver e

equilibrar modificações no meio ambiente que podem ser prejudiciais, causadas por atividades ou atos que podem trazer impactos ambientais.

Seu papel principal na questão ambiental é aliviar ou equilibrar os impactos ocasionados, ou até mesmo impedi-los, demonstrando os malefícios decorridos da atividade da empresa, alertando a sociedade para não realização do negócio sugerido por uma empresa privada ou até mesmo pelo governo.

De acordo com Verdum e Medeiros (2006 p.3):

O EIA têm como principal pressuposto examinar os impactos ambientais de uma ação proposta (projeto, programa, plano ou política), assim *como a proposição de alternativas dessa ação*. Já o seu respectivo RIMA deve apresentar os resultados *de forma compreensível ao público em geral e aos responsáveis pela tomada de decisão*.

Já Fiorillo (2007, p 90) diz que “Assim, em respeito ao princípio da informação ambiental, o RIMA deve ser claro e acessível, retratando fielmente o conteúdo de estudo, de modo compreensível e menos técnico”.

A diferença entre EIA e RIMA é que o, EIA é de difícil entendimento para o público em geral, projetado para os experts na área por possui uma roupagem mais científica, diferentemente do RIMA que é muito mais fácil de compreender pelo público em geral por sua forma simples em que é realizado.

Sendo assim, estas demais formas de apresentação das informações de caráter socioambiental por parte das empresas, apresentadas, juntamente com as demonstrações contábeis tradicionais já utilizada pela contabilidade, todas elas são instrumentos de grande importância para as mesmas e a sociedade de forma geral, por demonstrar a preocupação que elas têm com as questões ligadas ao meio ambiente.

3 APRESENTAÇÃO E ANALISES DOS RESULTADOS

3.1 Empresa Vale S/A

De acordo com os dados extraídos do Livro: Vale – Nossa História, publicado em 2012, disponível no *site oficial* da própria empresa, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD foi criada no ano de 1942, por um decreto do Presidente da República da época, Getúlio Vargas. A empresa possui capital misto, com maior parcela de ações pertencentes ao governo federal, o seu surgimento deu-se pelo ensejo de alavancar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, especialmente o ferro.

Ciente do conteúdo do Código de Minas criado em 1940 que define os direitos sobre jazidas e minas, o governo federal implementou uma política mais enérgica na área da exploração mineral, coibindo de certa forma os estrangeiros, eliminando definitivamente as pretensões que a Itabira Iron Ore Company mantinha no Brasil, sendo o que governo Vargas foi muito criticado por sua política nacionalista por políticos e intelectuais da época.

Mesmo com o nacionalismo implementado pelo governo brasileiro, a criação da CVRD contou com a colaboração de dois países aliados na Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e da Inglaterra esta parceria se deu através dos acordos de Washington, onde estes países financiavam para a modernização do Brasil em troca de apoio estratégico na guerra, até mesmo a inclusão do patrimônio da Itabira Iron à empresa brasileira.

Com o objetivo de industrializar o país, o surgimento da CVRD se relaciona com o da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Assim como a CSN, a CVRD continuou se fortalecendo ao longo dos anos. No fim dos anos 50, a empresa ganha seu espaço no mercado. Sendo que entre os 60 e 70 a empresa expandiu consideravelmente suas atividades, que colaborou para a construção e exploração do porto de Tubarão, perto da capital capixaba, sendo privatizada no ano de 1997 tornando-se a Vale S/A, negociação que é muito criticada até os dias atuais.

Hoje a empresa Vale é umas das empresas mais valiosas, operando em 30 países, se tornando umas das principais mineradoras do mundo, sendo a maior produtora de ferro e a segunda maior de níquel, ocupando posição relevante no setor de mineração, empregando cerca de 200 mil funcionários ao redor do mundo.

Fonte: Vale - Nossa história 2012.

3.2 Resultados da pesquisa

Importante ressaltar, que a pesquisa, por se tratar de uma pesquisa documental, cujo informações coletados serão adicionadas nas tabelas de acordo com critérios pré-estabelecidos, sendo que a limitação a ser mais levada em conta são os possíveis erros de enquadramento, por motivos da classificação equivocada do pesquisador ou por falta de informações fornecidas nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Administração e Sustentabilidade da empresa.

Desta forma este Capítulo apresenta a análise dos dados coletados, da seguinte forma: frequência das categorias de disclosure ambiental por relatórios analisados; categorias de disclosure ambiental por ano, categoria de disclosure ambiental classificada por tipo, frequência de sentenças por tipo de disclosure ambiental segregado por ano.

Com relação à frequência total das categorias de disclosure ambiental, descritas no Quadro 2, a pesquisa apresenta os resultados demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência das Categorias de Disclosure ambiental nos relatórios analisados

Tipo de Disclosure Ambiental	Método de Evidenciação			Total	% em relação ao nº total de Sentenças
	NEX	RS	RA		
Ativos Ambientais	4	0	1	5	2,5906%
Passivos, Provisões e contingências ambientais.	5	0	0	5	2,5906%

Custos ambientais	1	11	0	12	6,2176%
Riscos ambientais	0	22	0	22	11,3989%
Disclosure ambiental	0	0	4	4	2,0725%
Recursos naturais	0	11	1	12	6,2176%
Certificações e Premiações ambientais	0	0	5	5	2,5906%
Gestão Ambiental	0	24	2	26	13,4715%
Investimento em meio ambiente	0	24	7	31	16,0621%
Preservação e proteção ambiental	2	23	3	28	14,5077%
Educação e responsabilidade ambiental	5	20	3	28	14,5077%
Emissão de poluentes e de impacto ambiental	0	14	1	15	7,7720%
Total	17	149	27	193	100%

Fonte: adaptado de Pires e Silveira (2008)

A Tabela 1 mostra que as informações ligadas ao Investimento em meio ambiente são as mais evidenciadas nos relatórios analisados, representando 16,0621% das sentenças ligadas a questões do meio ambiente. Observa-se, também, um percentual significativo de informações que dizem respeito a educação e responsabilidade ambiental quanto a preservação e proteção ambiental sendo que essas categorias de disclosure, quando agrupadas, representam em torno de 29% do total de sentenças apresentadas. Nota-se, portanto, que as categorias de disclosure mencionadas com maior frequência demonstram uma preocupação da organização em evidenciar os seus compromissos firmados e a conscientização que suas atividades podem causar danos.

Observa-se, ainda, que as categorias custos ambientais e os recursos naturais são aquelas que aparecem com menor frequência.

Destaca-se a pouca utilização das Notas Explicativas no processo de divulgação de informações de caráter ambiental, pois das 193 informações ambientais divulgadas, apenas 8,08 % foram encontradas nas notas explicativas, dando um maior destaque para passivos, provisões e contingências ambientais, além da educação e responsabilidade ambiental.

Dessa maneira, pode-se notar que a VALE S/A têm optado pela utilização do Relatório de Sustentabilidade em detrimento das Notas Explicativas e do Relatório de Administração para apresentação de informações de caráter ambiental. Sendo assim, podemos chegar a conclusão que a empresa não apresentar um interesse em divulgar suas informações nos Relatórios de Administração e Notas Explicativas, pelo fato que no Relatório de Sustentabilidade não há obrigatoriedade na divulgação dessas informações e assim divulgam apenas o que é vantajoso para sua empresa.

A análise na Tabela 2 abaixo tem como meta averiguar se a quantidade de informações ambientais divulgadas nos relatórios analisados estão sendo evidenciadas cada vez mais dentro o tempo analisado, que pode dar indícios da participação da Contabilidade nos processos de geração e disclosure ao longo dos últimos 5 anos. A Tabela 2 apresenta a freqüência que as categorias de disclosure são utilizadas ao longo dos anos.

Tabela 2 - Categoria Disclosure ambiental mencionados nos relatórios por ano.

Tipo de Disclosure Ambiental	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Ativos Ambientais	2	1	0	1	1	5
Passivos, Provisões e contingências ambientais.	1	1	1	1	1	5
Custos ambientais	3	2	2	2	3	12
Riscos ambientais	4	4	5	5	4	22
Disclosure ambiental		1	1	1	1	4
Recursos naturais	3	2	3	2	2	12
Certificações e Premiações ambientais	1	1	1	1	1	5
Gestão Ambiental	7	5	4	5	5	26
Investimento em meio ambiente	9	7	7	4	4	31
Preservação e proteção ambiental	5	5	4	7	7	28
Educação e responsabilidade ambiental	9	5	6	3	5	28
Emissão de poluentes e de impacto ambiental	4	3	2	3	3	15
Total	48	37	36	35	37	193

Fonte: adaptado de Pires e Silveira (2008)

Os resultados apresentados são referentes ao número de sentenças de caráter ambiental por categoria encontrado nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade e de Administração analisados, mantêm de certa forma uma constância no

período analisado em termos de números totais. O ano de 2010 foi o ano que apresentou mais informações em todo período analisado, apesar disso podemos destacar o ano de 2014 pois foi o ano que apresentou o menor número de páginas no relatório de sustentabilidade em relação aos outros anos e mesmo assim manteve uma freqüência quase uniforme desde 2011. Podendo assim concluir que o relatório do exercício de 2014 de certa forma busca ser mais concentrado as diretrizes ambientais, sendo muito mais direto e voltado ao tema.

Tabela 3 – Categorias de Disclosure Ambiental classificadas por tipo.

Tipo de Disclosure Ambiental	Declarativa	Não Monetária	Monetária	Monetária e Não Mon.	Total
Ativos Ambientais	3	0	0	2	5
Passivos, Provisões e contingências ambientais.	0	5	0	0	5
Custos Ambientais	3	0	7	2	12
Riscos ambientais	18	4	0	0	22
Disclosure ambiental	4	0	0	0	4
Recursos naturais	1	0	11	0	12
Certificações e Premiações ambientais	4	1	0	0	5
Gestão Ambiental	2	14	0	10	26
Investimento em meio ambiente	2	0	12	17	31
Preservação e proteção ambiental	23	5	0	0	28
Educação e responsabilidade ambiental	26	2	0	0	28
Emissão de poluentes e de impacto ambiental	0	15	0	0	15
Total	86	46	30	31	193

Fonte: adaptado de Pires e Silveira (2008)

A Tabela 3 evidencia que, das 193 sentenças localizadas nos relatórios e notas avaliados, 86 foram classificadas como declarativas representando um percentual de 44,559%. As informações quantitativas não monetárias vêm logo em seguida, equi-

valendo a 23,834% do total de sentenças, seguindo-se as informações monetárias e não monetárias 16,026% e, por fim, a monetária com 15,544%. Tendo o domínio de informações de caráter puramente qualitativo e, sendo que as informações disponibilizadas pela contabilidade são quantitativas, tanto monetárias quanto não-monetárias.

Essa análise permite concluir que há pouca contribuição do sistema contábil no processo de evidenciação ambiental de uma formal geral. Dessa maneira, é possível julgar uma maior contribuição da Contabilidade no processo de geração e evidenciação de informações de caráter ambiental voltadas aos custos ambientais, recursos naturais e investimentos em meio ambiente, categorias de disclosure que apresentam o maior número de sentenças do tipo monetário (tipo 3).

Tabela 4 – Frequências de sentenças por tipo de disclosure ambiental segregadas por ano.

Classificação por tipo de disclosure	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Declarativo	12	9	13	8	11	53
Quantitativo não monetário	22	17	15	20	19	93
Quantitativo monetário	8	7	5	4	3	27
Quantitativo monetário e não monetário	6	4	3	3	4	20
Total	48	37	36	35	37	193

Fonte: adaptado de Pires e Silveira (2008)

A Tabela 4 evidencia que, das 193 sentenças encontradas na análise dos Relatórios e NE, aproximadamente 48% foram definidas como quantitativas não monetárias (tipo 2) sendo maior divulgado no ano de 2010. As informações declarativas (tipo 1) são a segunda maior preferência, equivalendo a 27,46% do total de sentenças, seguindo-se os dados do tipo 3 (13,99%) e, por último, do tipo 4 (10,36%).

Demonstrado o domínio de dados de caráter simplesmente quantitativo, podemos afirmar que a contabilidade tem uma certa ligação nos relatórios, avaliando que as informações fornecidas pelo sistema contábil são quantitativas, tanto monetárias (financeiras) quanto não-monetárias (físicas), apesar que as informações monetárias é umas das que menos aparece em relações aos tipos declarativos e quantitativo mo-

netário, aparecendo com maior evidencia no ano de 2010, até pelo fato da organização ter feito maiores investimentos em meio ambiente em relação aos outros anos analisados.

O fato da maioria quantitativa não monetária se dá pela empresa demonstrar a fundo sua participação em projetos de proteção e preservação ambiental, ganhando força nos dois últimos anos analisados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A responsabilidade ambiental se tornou um quesito importantíssimo a ser considerado no mercado nos dias atuais, sendo um fator diferencial no mercado de trabalho, seja este para manter sua evolução nos interesses comerciais ou acatar a exigências dos investidores, pois a responsabilidade ambiental devem ser bem analisadas para um progresso empresarial e ambiental.

Sendo assim, a pesquisa realizada teve como principal objetivo verificar se houve evolução, no período de 2010 a 2014, na evidenciação de informações de caráter ambiental, publicadas nas Notas Explicativas e nos Relatórios de sustentabilidade e Administração da empresa Vale S/A que atua no setor de mineração. Visando alcançar tal meta foram traçados três objetivos específicos onde o primeiro foi cumprido mediante uma pesquisa documental realizada nos documentos disponibilizados CVM, possibilitando apresentar os tipos de informações evidenciadas pela empresa.

O segundo objetivo específico foi alcançado mediante uma pesquisa documental onde foram encontrados os relatórios e as notas explicativas disponibilizadas no *site* da Bovespa e da própria empresa, mostrando quais os tipos de informações ambientais são divulgadas nestes documentos analisados da empresa, permitindo quais segmentos fariam parte da construção das tabelas com os principais indicadores ambientais utilizados pelos referidos autores, fato que permitiu discutir os tipos de informações são divulgadas ao longo do período analisado.

O terceiro objetivo também foi cumprido através de uma pesquisa documental, tornando possível a aplicação das tabelas baseadas nos estudos de Pires e Silveira (2008) e Nossa (2002), permitindo demonstrar a evolução das informações de caráter ambientais divulgadas ao longo do período analisado.

Os resultados da pesquisa permitiram identificar o que a empresa divulga de forma pouco aprofundada e detalhada, as informações analisadas são em tese divulgadas pela empresa por vontade própria, a análise feita buscou identificar os tipos de informações ambientais divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade e Administração, além de sua evolução, permitiu entender que as informações fornecidas bus-

cam engrandecer a empresa, querendo demonstrar o seu lado politicamente correto, do que evidenciar dados de grande utilidade, já nas Notas Explicativas poucas informações ambientais foram encontradas, muito mais voltadas para a complementação das demonstrações financeiras.

Em compensação, esta pesquisa permitiu comprovar a evolução nas informações divulgadas nos Relatórios da Administração e Sustentabilidade, pois ao longo dos anos os dados divulgados estavam cada vez mais objetivos e de fácil compreensão para os leigos, preocupados com a preservação e proteção ambiental passando uma imagem positiva. Também foi constatado que a maioria das informações dos Relatórios e nas Notas Explicativas eram declarativas, dando a entender que a empresa buscou ser mais detalhada nos dados e dar credibilidade a estas informações.

Enfim podemos notar que os resultados obtidos se comportaram de certa forma de maneira constante com poucas oscilações no decorrer dos anos, devido um padrão e política da empresa em divulgar seus dados ao recorrer dos anos que foram analisados.

Comparando com a pesquisa realizada por Pires e Silveira (2008) que utilizou cinco empresas do setor de papel e celulose constituídas por empresas de capital aberto com o objetivo de verificar evolução na evidenciação nas informações de caráter ambiental presente nos relatórios. De forma similar a este trabalho, o autor utilizou informações presentes nos relatórios e administração e notas explicativas, com exceção do relatórios de sustentabilidade, chegando à uma conclusão semelhante a esta pesquisa pelo fato de poucas informações de caráter ambiental foram encontradas nas notas explicativas e relatórios de administração, assim como essas informações há um predomínio de dados qualitativos.

Tendo em vista os resultados obtidos neste trabalho, como sugestões para futuras pesquisas, poderão ser desenvolvidos outros estudos em outras empresas do mesmo setor e comparara-las depois, como também em outros setores, além de poderem analisar outros períodos para verificar a sua evolução.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Claudia Ferreira da. **Balço social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades**. Pensar Contábil, v. 8, n. 34, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3/08/index.php/article/viewFile/15/15>>. Acesso em: Novembro de 2015.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário da metodologia científica**: um guia para produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=7197>>. Acesso em: 22 de ago. 2015.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A101.pdf>. Acesso em: 19 de set. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/306/284>>. Acesso em: 18 de ago. 2015.
- BORBA, J. A.; NAZÁRIO, L. **Contabilidade ambiental: a preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil**. in: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003 São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000157&pid=S1519-7077201300020000300011&lng=en>. Acesso em: 15 de mar. 2015.
- BRASIL. LEI N^o 6.385, de 7 de dezembro de 1976. **Itens de divulgação no Relatório de Administração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.html>. Acesso em: 22 de ago. 2015.
- CALIXTO, L; Ferreira, A.C. de S.. Contabilidade ambiental: aplicação das recomendações do isar em empresas do setor de mineração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7, 2005, Florianópolis. Disponível em: <http://www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ld_texto=320>. Acesso em: 10 de mar. 2015.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - **Parecer de Orientação CVM nº 15**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/pare/pare015.html>>. Acesso em: 23 de ago. 2015.
- COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista de contabilidade e finanças**, USP, São Paulo, n. 43, p. 20 – 33. Abr.2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11104/6591>>. Acesso em: 12 de abr. 2015.
- FERNANDES, Sheila Mendes. **A influência do disclosure ambiental no custo de capital de terceiros das empresas brasileiras listadas na Bovespa**. Dissertação

(Mestre em Contabilidade) Fucape, Vitória, 2010. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/63514828.pdf>> Acesso em: 24 de ago. 2015.

FERREIRA, A.C de S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. 642 p. ISBN 978-85-02-07405-7. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/4283/4042>> Acesso em: 14 de jul. 2015.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Evidenciação Contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/download/8089>> Acesso em: 11 de mar. 2015.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - **Relatório de Sustentabilidade da GRI 2012**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourceli.1.pdf>> Acesso em: 13 de set. 2015.

GUBIANI, A.C; BEUREN,I.A. **Disclousure ambiental das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial v.7 n.2** Rio de Janeiro,2012 .Disponível em: <www.engema.org.br/XVIENGEMA/316.pdf> Acesso em: 12 de jul. 2015.

HENDRIKSEN, E.S., VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-0772005000200002&script=sci_arttext> Acesso em: 14 de jul. 2015.

HSIEH, H.; SHANNON, S. **three approaches to qualitative content analysis**. Qualitative health research, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, November 2005 Disponível em : <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/2266/1747>> Acesso em: 12 de abr. 2015.

IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa; SILVA, Reginaldo Adriano da; OLIVEIRA, Cristiane Ribeiro de. Análise das informações que compõem os relatórios da administração segundo a ótica do parecer de orientação da CVM. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v.28, n.º3, 2009. Disponível: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/8333>> Acesso em: 04 de ago. 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S. de et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<http://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dcg/matriz/1periodo/ContabilidadeGeral.pdf>> Acesso em: 02 de out. de 2015.

IUDICIBUS, S. de: **Teoria da contabilidade**. 5^o ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JONES, M.; SHOEMAKER, P. accounting narratives: a review of empirical studies of content and readability. **Journal of accounting literature**, Gainesville, v. 13, p. 142, 1994. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/.../Dissertacaodejesusmarfeausp.pdf> Acesso em: 29 de mai. 2015.

KRAEMER, Maria Elizabeth. Pereira. **A contabilidade descobrindo seu lado social**. 1^o ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000784490.pdf>> Acesso em: 12 de mar. 2015.

KUNSCH, M.M.K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Planejamento_de_rela%C3%A7%C3%B5es_p%C3%BAblicas_na.html?hl=pt-BR&id=Q1ZFmcZFE7UC> Acesso em: 18 de ago. 2015.

MACHADO, Nilson Perinazzo; NUNES, Marcelo Santos. **A evidenciação das informações contábeis: sua importância para o usuário externo**. Dissertação (Mestre em Contabilidade) UNISINOS, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://www.unifin.com.br/Content/arquivos/20080416134816.pdf>> Acesso em: 03 de Abr. 2015.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de cursos**. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <www.unifeg.edu.br/downloads/normas_de_tcc_unifeg_2008.pdf> Acesso em: 10 de fev. 2015.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. A. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/a_responsabilidade_social.pdf> Acesso em: 20 de mai. 2015.

NEVES, Agnaldo A. **NOTAS EXPLICATIVAS**. 2005. Monografia (Graduação em contabilidade). Centro universitário de Brasília. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA. Brasília. Disponível em <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2312/2/9951820.pdf>> Acesso em: 14 de abr. 2015.

NEVES, Maria Elisabete; DIAS, Antônio Carlos Gomes. Responsabilidade social corporativa: teorias predominantes na investigação em contabilidade. **Revista razão contábil & finanças**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível:<<http://www.fate.edu.br/ojs/index.php/rrcf/article/view/28/35>> Acesso em: 10 de Mar. 2015.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). FEA, USP, São Paulo.

Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. **Estudo de caso**: planejamento e métodos / - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotor1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf

REINA, Donizete; ENSSLIN, Sandra Rolim; BORBA, José Alonso. **Evidenciação voluntária do capital intelectual nos Relatórios da Administração em empresas do novo mercado no ano de 2006**. Contexto, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 1º semestre 2009.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. **Metodologia de pesquisa**, 2006.

SCHALTEGGER, S; BURRIT, **Contemporary environmental accounting. Issues, concepts and practice**. Sheffield: Greenleaf Publishing Limited, 2000. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/20555> Acesso em: 24 de ago. 2015.

SILVEIRA, Fabiana Costa da Silva; PIRES, Charline Borba. **A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel**: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. Contexto, Porto Alegre, v. 8, n. 13, 1º semestre 2008.

SOUZA, P. R. E. B. **Análise do atual estágio de disclosure das companhias abertas no mercado de capitais brasileiro e contribuições para seu aprimoramento**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em <www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/835.pdf> Acesso em: 13 de ago. 2015.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/economia-e-a-responsabilidade-social-empresarial/>> Acesso em: 16 de jun. 2015.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <www.fis.edu.br/recones/artigos/vol01/silvacarvalho.pdf> Acesso em: 11 de fev. 2015.

WERDUM, Roberto; BASSO, Luiz Alberto. **Avaliação de Impacto Ambiental**: Eia e Rima como instrumentos técnicos e de gestão ambiental. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/674.pdf>> Acesso em: 12 de jul. 2015.

Site visitado :

<www.vale.com/pt/aboutvale/book.../vale_livro_nossa_historia_cap6.pdf>